



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E FILOSOFIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE O REDESENHO INSTITUCIONAL

COMFIL - 29/02/08

As considerações e questionamentos que se seguem não se configuram como decisões da COMFIL, mas tão somente como contribuições para o processo de discussões internas da Universidade sobre o redesenho institucional.

Dando continuidade às discussões realizadas na Faculdade no ano de 2007, a Comissão de Redesenho da COMFIL propôs um calendário interno que previu manifestações dos departamentos em relação às três propostas completas (FEA, CEDUC e Reitoria) e duas reuniões do Conselho Departamental, nas quais as considerações dos departamentos foram debatidas. Neste documento, apresenta-se a síntese das discussões realizadas pelos conselheiros desse Colegiado.

Cabe destacar que o processo de discussão foi cercado de inúmeras dificuldades de compreensão efetiva das propostas, pelo fato de que elas foram apresentadas por meio de esquemas, razão pela qual deixam de explicitar, detalhar, explicar aspectos cruciais.

1. Organização acadêmico-administrativa

Com relação à natureza das unidades acadêmico-administrativas, não há consenso na COMFIL quanto à opção por faculdades ou por institutos. Parte dos departamentos tende a aderir à organização por institutos, destacando a pesquisa como eixo articulador entre (pesquisa,) ensino e extensão, parte (dos departamentos) tende a aderir à organização por faculdades, destacando o ensino como eixo articulador, e parte dos departamentos não chegou a manifestar uma tendência. Entretanto, todas as unidades consideraram que nenhuma das três propostas é suficientemente esclarecedora, razão pela qual não se pode dizer que haja uma adesão efetiva a nenhuma delas.

Os motivos apresentados pelos proponentes para justificar uma ou outra concepção não pareceram suficientes, uma vez que não explicitam como se dará efetivamente o funcionamento acadêmico e administrativo das unidades acadêmicas. Nessa acepção, considera-se necessário que:

- seja definida mais claramente a concepção que sustenta a idéia de instituto e a de faculdade, bem como – senão principalmente - o modelo de funcionamento de suas respectivas estruturas capazes de assegurarem a articulação de representações das unidades pelas quais a Universidade se apresenta, hoje, consolidada;
- Seja explicitada a concepção subjacente à implantação da reforma (reorganização) administrativa atualmente em fase de implementação, independentemente do novo desenho que, em sendo ou não adotado, já afeta o funcionamento acadêmico. Como ela se coadunaria com o funcionamento por faculdades ou institutos?

- seja esclarecido o critério projetado e/ou considerado para se estimar o número de Institutos ou Faculdades. Quais os critérios para a definição das grandes áreas/campos. De que forma esses critérios contemplam/contemplariam, a articulação entre as referências externas que regulam as instituições de ensino superior e a história e as especificidades da PUC-SP?

Ainda com relação ao funcionamento das unidades, embora as três propostas considerem o departamento como unidade acadêmica básica, não estão realmente claros a natureza e o *status* dos departamentos, tampouco como se dará seu funcionamento:

- a proposta da reitoria considera que as áreas epistemológicas devem estar na base da definição/constituição de departamentos e a proposta do CEDUC propõe que os departamentos sejam definidos pelos campos de atuação. Que diferença, em termos da articulação entre pesquisa, ensino e extensão, cada proposta acarreta em termos práticos?
- considerando que há previsão de reestruturação de departamentos e faculdades, como ocorrerá a criação, fusão ou divisão deles? Há uma estimativa quanto à quantidade de departamentos que deverão existir? A quantidade de professores por departamento será considerada? Em que momento essas questões serão discutidas?
- se os Institutos são grandes áreas epistemológicas, os departamentos não seriam subáreas?

2. A articulação entre graduação e pós-graduação

Todas as propostas propõem a articulação entre graduação e pós-graduação. Como cada proposta configura tal relação, em termos de ações efetivas para a conquista dessa meta? Como garantir uma autonomia legítima à pós-graduação e ao mesmo tempo possibilitar uma efetiva articulação entre pós-graduação e graduação? A ausência de um detalhamento das relações possíveis que devem ser asseguradas entre graduação e pós-graduação impede vislumbrar como essa articulação pode se concretizar. Esse detalhamento é necessário e deve não só prever um intercâmbio entre as Câmaras de Graduação e Pós-Graduação, mas também entre os diferentes cursos da Pós-Graduação e seus departamentos de origem. Quais as atribuições e competências do departamento e de programas de pós, ou vice-versa, nessa relação? Como se daria a articulação entre cursos, programas de pós-graduação e departamentos? Como garantir uma horizontalidade dessas relações que não comprometa a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a carga dos departamentos, e o atendimento das demandas dos cursos?

3. O lugar da extensão

A COMFIL destacou as diferenças quanto ao tratamento dado à extensão. A proposta da FEA não inclui nada a esse respeito, exceto uma menção a uma Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários; a proposta do CEDUC prevê separadamente coordenadores de educação continuada e coordenadores de projetos e núcleos extensionistas, embora não haja assento para esses últimos no Conselho de Faculdade e, finalmente, a proposta da Reitoria reduz, nesse âmbito, extensão à educação continuada e prevê a extensão apenas na instância dos colegiados superiores, vinculados ao Conselho Comunitário. Pareceu à COMFIL que tal proposição coloca em risco a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

Pergunta-se:

- qual a concepção de extensão subjacente à proposta da Reitoria, que justificaria sua vinculação à pró-reitoria comunitária e a exclusão dos cursos de educação continuada da categoria de extensão? Não seria o caso de aprofundar a discussão sobre a diferença entre “extensão” e “serviços” ou entre “extensão” e “comunitário”, neste momento em que a extensão ganha espaço no cenário universitário nacional? Não seria o caso de considerar a idéia de termos também uma pró-reitoria de extensão?
- na proposta da Reitoria, as Câmaras de graduação, pós-graduação, pesquisa e educação continuada existiriam só no nível superior inter-institutos ou existiriam pequenas câmaras no interior dos institutos? Em função do que foi dito acima, não seria o caso de se pensar também em uma Câmara de Extensão?

4. O lugar e o papel dos cursos e das coordenações de cursos no redesenho institucional

Um último aspecto que mereceu a atenção da COMFIL diz respeito ao *status* dos cursos de graduação e das respectivas coordenações, no organograma e no fluxograma de trabalho da PUC-SP, algo que precisa ser melhor discutido.

Os cursos ainda são a principal razão de ser da PUC-SP, no entanto, o tratamento que eles recebem, tanto no enquadramento institucional, como na pauta geral dos assuntos que tramitam nas diversas instâncias da universidade, em muitas circunstâncias, é de uma atividade entre outras, até de uma atividade secundária.

A falta de reconhecimento quanto ao estatuto do Coordenador de Curso na PUC-SP tem chamado a atenção até das equipes avaliadoras do MEC, que não aceitam que uma figura tão decisiva para o desempenho dos cursos não tenha condições de trabalho mais adequadas, condizentes com suas responsabilidades. Compare-se, por exemplo, o volume de atividades de natureza acadêmica e de natureza administrativa que ele desempenha e a carga horária de que dispõe para isso. Pergunta-se:

- como cada proposta vê o lugar, o papel e as funções do coordenador de curso?

Se há um ponto ao qual a PUC-SP terá de atribuir relevo para se manter é a qualidade de cursos que oferece e poderá oferecer, revelada por meio dos melhores currículos, dos melhores professores, dos melhores equipamentos e também de uma gestão qualificada.

Nos debates relativos ao redesenho que estão ocorrendo em nossa universidade, foram feitos esboços de propostas que contrapunham um *modelo de universidade centrada em cursos* a um *modelo de universidade centrada em departamentos* como alternativas excludentes. Do ponto de vista da COMFIL, essa contraposição não faz sentido: os departamentos são alocações relativas à produção e gestão do conhecimento e os cursos são o formato final, a interface com o aluno, com o mercado de trabalho e com a sociedade, para efeito da veiculação destes conhecimentos. São ambas instâncias necessárias, que devem ter uma densidade institucional equiparável e que, por isso, não podem ser tratadas como se o trabalho de uma se desse em detrimento do da outra.

Para finalizar, esclarecemos que o presente documento reúne as preocupações e questionamentos comuns a todas as unidades constitutivas de nossa faculdade. Assim, não foram abordadas particularidades, tampouco posicionamentos divergentes, por se haver entendido que essas questões deverão ser objeto de manifestações individuais e

pontuais, no âmbito da continuidade das discussões, previstas para o mês de março/2008.

Nosso objetivo está circunscrito ao registro do produto de nossas reflexões, marcadas pela preocupação de quem compreende a necessidade de revisão da estrutura administrativa, de sorte a favorecer o fluxo rápido e eficiente dos processos decisórios, deliberados e/ou homologados pelas instâncias que respondem pelo funcionamento da Universidade. Neste registro, estão nossas preocupações, fundadas na problematização de questões cuja definição nos parece fundamental para a construção de uma proposta capaz de facultar a superação dos problemas, originados pelas distorções e dificuldades estruturais existentes em nossa universidade.

Profa. Dra. Alexandra Geraldini
Presidente do Conselho Departamental
da Faculdade de Comunicação e Filosofia